

# Poder, política e sexo feminino: pressupostos da atuação feminina como agente político em Sant'Ana do Livramento, RS

## Power, politics and female sex: assumptions of female performance as a political agent in Sant'Ana do Livramento, RS

### *Poder, política y sexo femenino: supuestos de desempeño femenino como agente político en Sant'Ana do Livramento, RS*

Samarha Lemos Vieira<sup>1</sup>

Gabriela Cappellari<sup>2</sup>

Jeferson Luís Lopes Goularte<sup>1</sup>

Clarice Vepo do Nascimento Welter<sup>2</sup>

Recebido em 29/11/2021; revisado e aprovado em: 19/09/2022; aceito em: 21/11/2022

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v24i1.3576>

**Resumo:** Este artigo analisa a atuação feminina enquanto agente político em Sant'Ana do Livramento. A pesquisa é de natureza qualitativa e caracteriza-se como exploratória. Para a produção de dados, foi aplicado um roteiro semiestruturado e adaptado de Couto (2012), para 6 mulheres que ocuparam ou ocupam cargos políticos, 5 delas no Poder Legislativo e 1 no Poder Executivo, eleita como vice-prefeita. Os dados produzidos foram analisados por meio da técnica de análise interpretativa e evidenciam que, quanto ao ingresso na política, a candidatura relaciona-se com a personalidade e a individualidade da mulher. Salienta-se, ainda, que a maior parte das entrevistadas relatou que não obteve apoio partidário em suas candidaturas. Na sequência, as conquistas obtidas em prol da comunidade santanense se constituem na criação e no desenvolvimento de projetos, como a implantação do Centro de Referência da Mulher. Logo, as adversidades enfrentadas pelas representantes do povo, por não conseguirem desempenhar o que planejavam, por serem minoria, e ainda pelo preconceito de gênero. Além dos desafios que as entrevistadas passaram ao longo da caminhada política, a falta de verba foi ressaltada, pois ocasionou o impedimento na realização de projetos voltados à comunidade.

**Palavras-chave:** atuação feminina; política; gênero; desigualdades.

**Abstract:** This article analyzes the role of women as political agents in Sant'Ana do Livramento. The research is qualitative in nature and is characterized as exploratory. For the production of data, a semi-structured script adapted from Couto (2012) was applied to 6 women who held or occupy political positions, 5 of them in the Legislative Power and 1 in the Executive Power, elected as deputy mayor. The data produced were analyzed using the technique of interpretive analysis and show that, in terms of entering politics, the candidacy is related to the woman's personality and individuality. It should also be noted that most interviewees reported that they did not obtain partisan support for their candidacies. Subsequently, the achievements obtained for the benefit of the Sant'Ana do Livramento community are constituted in the creation and development of projects, such as the implementation of the Women's Reference Center. Therefore, the adversities faced by the representatives of the people, for not being able to perform what they planned, for being a minority, and also for the gender prejudice. In addition to the challenges that the interviewees faced along the political path, the lack of funds was highlighted, as it caused the impediment to carry out projects aimed at the community.

**Keywords:** female performance; politics; genre; inequalities.

**Resumen:** Este artículo analiza el papel de las mujeres como agentes políticos en Sant'Ana do Livramento. La investigación es de naturaleza cualitativa y se caracteriza por ser exploratoria. Para la producción de datos se aplicó un guion semiestructurado adaptado de Couto (2012) a 6 mujeres que ocupaban u ocupan cargos políticos, 5 de ellas en el Poder Legislativo y 1 en el Poder Ejecutivo, elegida como teniente de alcalde. Los datos producidos fueron analizados mediante la técnica de análisis interpretativo y muestran que, en cuanto al ingreso a la política, la candidatura está relacionada con la personalidad e individualidad de la mujer. También cabe señalar que la mayoría de los entrevistados reportaron que no obtuvieron apoyo partidista en sus candidaturas. Posteriormente, los logros obtenidos en beneficio de la comunidad de Sant'Ana do

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.



Livramento se constituyen en la creación y desarrollo de proyectos, como la implementación del Centro de Referencia de la Mujer. Por lo tanto, las adversidades que enfrentan las representantes del pueblo, por no poder realizar lo que tenían planeado, por ser una minoría, y también por el prejuicio de género. Además de los desafíos que enfrentaron las entrevistadas en el camino político, se resaltó la falta de fondos, pues ocasionó el impedimento para realizar proyectos dirigidos a la comunidad.

**Palabras clave:** actuación femenina; política; género; desigualdades.

---

## 1 INTRODUÇÃO

Antigamente, o papel da mulher era muito restrito, baseando-se em cuidar da casa, dos filhos e cozinhar. Dificilmente exerceria outra atividade de caráter remunerado ou até mesmo algum cargo de poder. Com o advento da Revolução Industrial, as mulheres foram, aos poucos, sendo inseridas no mercado de trabalho, podendo ser, assim, as mantenedoras das necessidades de casa (HOBSBAWN, 2003).

Com o passar dos anos, surgiram movimentos feministas os quais lutavam por direitos e igualdade de classes na sociedade. No Brasil, um desses movimentos teve início no século XIX, com o intuito de lutar pelo direito ao voto. A criação do Partido Republicano Feminino, em 1910, pela professora Leolinda Daltro, teve grande importância, pelo fato de ter sido criado por pessoas que não possuíam direitos políticos e que tinham por objetivo a manifestação feminina por meio de passeatas, pois exigiam a ampliação desses direitos; também, lutavam pela emancipação e independência da mulher (PACHECO, 2007).

Apesar de longas e insistentes lutas por parte das organizações femininas, até mesmo da elite, o sufrágio aconteceu em 1932, a partir da promulgação do Decreto n. 21.076, do presidente Getúlio Vargas, em que as mulheres brasileiras adquiriram o poder de voto (BRASIL *apud* AVELAR, 1989). Em 1934, primeira eleição após a conquista do voto feminino, Carlota Pereira de Queiroz foi a única eleita dentre 214 deputados. Dois anos depois, ocorreu a posse de Bertha Lutz, que ficou como suplente. O fraco desempenho de candidaturas femininas nessa primeira eleição deveu-se a uma série de fatores, como: pouca força do movimento feminista, o preconceito e o não envolvimento de mulheres de outras classes (BORBA, 1998).

Depois dessa breve experiência eleitoral, as mulheres só voltariam a votar em 1946, com o advento do Estado Novo (1937-1945), que interrompeu o regime democrático. Ao final do Estado Novo, formaram uma Assembleia Constituinte e o voto feminino foi restabelecido, assim como o pluralismo partidário. Dá-se então o retorno das mulheres a esse cenário, de maneira que elas possam ser eleitas para ocuparem cargos políticos. Entretanto, Pinheiro (2006) afirma que nenhuma das dezoito candidatas que concorriam a uma cadeira no Congresso Nacional obteve êxito. Para Borba (1998), isso ocorreu por causa do Estado Novo e pela repressão que o governo exercia sobre os cidadãos nesse período. Porém, isso parece não ser justificativa suficiente, visto que houve uma grande participação feminina em várias causas nesse período.

O feminismo, por sua vez, alcançou o *status* de movimento de grande respaldo nas décadas de 1960 e 1970, haja vista sua forte atuação nos mais variados países, como a Inglaterra. Esse movimento formou uma forte consciência a respeito da importância da transformação da condição da mulher, legitimando, desta forma, o debate em torno da questão feminina (PINTO, 2003). É também nesse momento que o feminismo assume o caráter de um núcleo de resistências democráticas, orientado para reivindicações de ordem geral.

Diversos grupos foram criados, demonstrando a força da participação feminina. Entre eles, destacam-se: o Centro da Mulher Brasileira, a Sociedade Brasil Mulher e o Coletivo de Mulheres, fundados, respectivamente, em 1975, 1976 e 1979 (TABAK, 2002). Esses aspectos evidenciam que o movimento feminino não estagnou; pelo contrário, houve sua expansão com surgimento de várias organizações femininas que uniram as brasileiras, seja para lutar por seus direitos, seja para combater problemas da sociedade em que viviam (TABAK, 2002).

Couto (2012) explica que em 1997, foi criada a Lei das Cotas (Lei n. 9.504/1997), determinando, a cada partido político, preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidaturas de cada sexo, começando a ser cumprida com certo rigor no governo Lula, pois, até então, a lei era só de fachada. Porém, as mulheres eleitas representantes para cargos executivos ou legislativos (locais, estaduais ou federais) continuam sendo minoria, se comparadas aos homens eleitos (COUTO, 2012).

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as mulheres representaram 52% do eleitorado brasileiro em 2018, número bastante desproporcional em relação ao número de candidaturas masculinas. Em 2016, do total de 5.568 municípios, em 1.286 cidades não houve nenhuma mulher eleita para o cargo de vereadora. Logo, diante desses dados, nota-se que ainda há muito a melhorar, tanto na questão cultural quanto na política. De acordo com Raquel Dodge, “[...] o Brasil, apesar de ser um país democrático, com uma ampla participação feminina, está muito atrás de muitos outros países na nossa região e no mundo no tocante à participação das mulheres no Parlamento” (TSE, 2018, *s.p.*).

Sant'Ana do Livramento, município localizado na fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, com seus 197 anos de história, teve em todos esses anos 12 vereadoras, sendo que, desse total, apenas duas foram eleitas em 2016 e ainda estão no cargo. A primeira vice-prefeita de Sant'Ana do Livramento foi eleita em 2016. Na Câmara Municipal de Vereadores, local de estudo deste trabalho, há 17 vereadores; desses, apenas 2 são mulheres.

O fato de o município ter poucas representantes na política mostra que a cultura está enraizada e não há como negar a desigualdade de gênero. A partir do exposto, esta pesquisa objetiva analisar a atuação feminina como agente político no município de Sant'Ana do Livramento, RS.

O tema deste artigo justifica-se pelo fato de que, mesmo as mulheres tendo conseguido uma ascensão de gênero na sociedade, diante de muita luta e resistência, ainda há um certo preconceito quando elas assumem algum cargo de poder (LIMA, 2009). Dentro da política, campo onde surgem vários debates sobre problemas públicos, ainda há pouca atenção para a atuação feminina.

Destaca-se que na eleição de 2016, no município de Sant'Ana do Livramento, para o cargo de vereador, de 179 candidatos, 56 eram mulheres. Desse número, apenas 2 foram eleitas. Silva (2017) ressalta que as diferenças entre homens e mulheres aparecem claramente quando se foca a carreira, pois os homens constroem um futuro profissional e as mulheres lidam com dupla jornada, profissional e familiar. Assim, pode-se afirmar que as mulheres evoluíram no universo profissional, não sendo mais consideradas talentos de segunda categoria ou homens vestidos de saia; elas são vistas como culturas diferentes (entre masculina e feminina), o que não se discute em gênero, mas em outras características e aspectos.

Segundo Rodrigues e Silva (2015), a liderança feminina é vista como uma mudança de caráter cultural, pois se acredita que as mulheres tenham a mesma capacidade que os homens quando se trata de gestão, mesmo que ainda enfrentem limitações. Hoje, elas têm ocupado cargos

que antigamente eram somente para homens, e isso ainda pode gerar conflitos, competitividade entre os gêneros, desvalorização e até mesmo pensamentos machistas.

Ainda assim, desde que estejam bem preparadas, trazem um crescimento maior na forma de liderar e na distribuição de tarefas confiadas a elas, que são mais fiéis, sinceras e delicadas quanto à execução de suas funções e proporcionam um ambiente de trabalho mais harmonioso (RODRIGUES; SILVA, 2015).

Essa mudança cultural que os autores citam acima ocorre lentamente no município. Mediante uma análise realizada na Câmara de Vereadores local, notou-se que a atuação e a participação feminina na política santanense é limitada. Diante disso, há a necessidade de mudanças tanto culturais quanto políticas. Portanto, a partir de estudos e análises sobre como ocorre a atuação feminina, possibilita-se, em longo prazo, o aumento da inserção da mulher na política, suprimindo a falta de representatividade feminina e, conseqüentemente, garantindo uma maior atuação em prol dos interesses femininos, os quais, muitas vezes, são deixados de lado, se comparados a outros interesses da sociedade em geral.

Destaca-se, assim, a contribuição teórica desta pesquisa com a ampliação do aporte teórico referente à abordagem investigada, subsídio no que se refere à liderança feminina e uma melhor distribuição de tarefas e funções entre os gêneros. Além dessa, há também as contribuições práticas, destacando-se o aumento da presença feminina na política local, uma melhor aceitação das mulheres ocupando lugares de poder e conscientização da população local sobre igualdade de gênero no quesito de direitos.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A luta das mulheres por cidadania e inclusão política**

Ao iniciar-se o século XX, as reivindicações das mulheres mantinham-se divididas em torno da luta por educação, trabalho e voto. Demandas de certa forma isoladas e pouco afeitas a conjugar ações feministas (PRÁ, 2013). Já na década de 1920, o contexto de transformações sociais do Brasil propiciou novo impulso à luta pelo voto feminino. A reivindicação do voto representava a ruptura política na proporção que as mulheres exigiam “[...] pela primeira vez algo para si e nada menos que seu direito igualdade, seu direito à cidadania formal” (BAREIRO, 2000, p. 16). De acordo com Prá (2013, p. 25) “A aquisição do direito de voto demarca um intervalo nas mobilizações pela cidadania política feminina no Brasil e no mundo. Manifestações esparsas e pouco articuladas encerram a denominada primeira onda do feminismo”. Com o ressurgimento do feminismo mobilizando a sociedade daquela época e desencadeando reestruturações, surgiram eventos relacionados ao Ano Internacional da Mulher (1975) e à Década da Mulher (1976-85), que, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU), reencaminharam a luta das mulheres por cidadania (ENTIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES [ONU MULHERES], 2018).

Nas décadas de 1970 e 1980, ocorreram várias conferências mundiais tratando sobre a mulher e as diretrizes para o empoderamento delas na luta pela garantia dos direitos humanos. Neste cenário, emerge a reafirmação do debate da igualdade política. Nele, estudos e pesquisas revelam o problema da sub-representação política feminina e as dificuldades de inclusão das mulheres em grupos historicamente dominados por homens (TABAK; TOSCANO, 1982; JAQUETE, 1984; CARROL, 1985; RANDALL, 1987).

Ao tentar compreender esse porquê, registra-se, então, o contraste entre o aumento da inserção feminina em instâncias sociais (trabalho e educação), o incremento do colégio eleitoral feminino e a escassa presença das mulheres em instâncias de poder e decisão política (PRÁ, 1992; AVELAR, 1996; COBO, 2002; SAGOT, 2009). Mediante análises, observou-se a ocorrência de desigualdades de gênero em espaços de decisão e poder, sendo essas consideradas como fenômeno mundial, além de refletirem a exclusão feminina na política.

Dahlerup (1999) evidencia esse contexto demonstrando a distância entre as esferas de deliberação de poder e realçando, também, as dificuldades que as mulheres vivenciam ao ingressar em grupos de predominância masculina.

Em contrapartida a essa exclusão de gênero, surge o conceito de democracia paritária, que, segundo a ONU Mulheres, apresenta-se como um modelo político no qual a paridade e a igualdade substantiva se constituem como elementos fundantes do Estado inclusivo e paritário, tendo como objetivos um novo contrato social e uma nova forma de organização da sociedade para erradicação de toda exclusão estrutural, em particular contra as mulheres, um novo equilíbrio social entre mulheres e homens, no qual ambos assumam responsabilidades compartilhadas na vida pública e privada. Acarretam-se, assim, profundas transformações qualitativas e quantitativas, que incluem desde a participação política feminina até o enfrentamento das variadas violações de direitos contra mulheres (ONU MULHERES, 2018).

Diante do exposto a respeito sobre a luta das mulheres por cidadania e inclusão, o tópico a seguir versa sobre o papel da mulher na política relatando as desigualdades e os direitos adquiridos por elas ao longo dos anos.

## **2.2 O papel da mulher na política**

A partir do século XVIII, os direitos da mulher passaram a ser reivindicados, porém as desigualdades de gênero e raça aconteceram desde os mais remotos tempos, processo que deixa a mulher num patamar inferior ao homem. Trata-se de um sofrimento que agrava a condição feminina de competir em todos os setores da vivência humana. Se ela trabalha, a sua remuneração é, muitas vezes, inferior à do homem, mesmo estando nas mesmas condições de qualificação (NOREMBERG, 2016).

Para Sousa (2016, p. 5), a reduzida participação da mulher na política vem seguida do senso comum que tenta justificá-la por meio de falsas afirmações, como a que está se deve ao “[...] desinteresse da mesma” ou que ela não tem “vocação para a política”, ou ainda que “mulher não vota em mulher”.

Logo, o processo de inserção da mulher na política inicia-se na desconstrução desta cultura de discriminação para que, de forma democrática, as mulheres ocupem os espaços políticos e de poder proporcionalmente à sua quantidade e papel na sociedade (SOUSA, 2016). Sendo assim, os achados desta pesquisa correspondem com o que o autor afirma, pois, para que se possa ter uma política mais igualitária, tem de haver uma mudança tanto na questão cultural quanto no meio político.

De acordo com Landerdahl e Roso (2013), as mulheres contribuíram, por meio dos movimentos sociais, para avançar na superação das desigualdades históricas, com debates e formas de manifestação. Em 1929, foi eleita a primeira prefeita no país, Alzira Soriano, na cidade de Lajes, no Rio Grande do Norte. Esse foi um marco da entrada das mulheres na política; a partir

daí, tivemos outras mulheres que participaram ativamente no Legislativo e no Executivo, como: Carlota Pereira de Queirós, Antonieta de Barros, Eunice Michiles, Esther de Figueiredo Ferraz, Roseana Sarney, Maria Pio de Abreu e, como chefe do Poder Executivo e também a primeira mulher a assumir a Presidência do país em 2011, Dilma Rousseff.

Destaca-se, assim, a importância na disputa do poder e em exercê-lo como mulher, com características próprias, sensibilidade, senso de justiça e com a preocupação ética com o zelo da administração pública (NOLASCO, 2010). Segundo Luiza Erondina, ex-prefeita do Estado de São Paulo, as raízes das dificuldades das mulheres na política vão além das estruturas partidárias; segundo ela, as mulheres não são educadas para ocupar espaços públicos. Existe um componente cultural, intrínseco à educação familiar, religiosa e até mesmo escolar das mulheres. As meninas são educadas para o ambiente privado e os meninos estimulados a exercer liderança e ocupar os espaços públicos (NOLASCO, 2010).

Neste sentido, para a promoção da consciência política da mulher, considera-se de fundamental importância a educação política relacionada com os direitos e deveres cívicos, sobretudo o direito à participação. Os governos, parlamentos, partidos políticos, organizações sindicais, organizações não governamentais e mídias podem todos contribuir para esse processo (NOLASCO, 2010).

No entendimento de Nolasco (2010), mesmo com a introdução das cotas de participação das mulheres, são necessárias outras ações afirmativas para que as cotas não se transformem apenas em obrigatoriedade, sem efetiva divisão e parceria entre homens e mulheres na condução das questões. As mulheres que têm longa história de luta nos partidos relatam as enormes dificuldades da convivência preconceituosa com os seus parceiros e sabem que a introdução das cotas não significa garantia de uma real mudança no campo dos valores.

Recomenda-se, assim, que os partidos criem fóruns de participação de mulheres, organizando atividades de base, preparando-as para o envolvimento nos processos eleitorais. Embora as mulheres continuem sub-representadas em todos os níveis de poder, para aumentar a participação delas nos órgãos oficiais de tomada de decisões, faz-se necessário aumentar seu impacto nesse processo para que, desta forma, haja o efetivo empoderamento das mulheres pela ação coletiva desenvolvida quando participam de espaços privilegiados de determinações, de consciência social dos direitos sociais (NOLASCO, 2010). Conforme a autora (2010, p. 19):

A participação da mulher na política é capaz não só de mudar determinada realidade, como de redesenhar as bases da própria estrutura do poder político. A ampliação de espaços para a participação da mulher gera um impacto positivo imediato na qualidade de vida de todos na elaboração de políticas públicas que respeitem as diversidades culturais da nossa população.

Portanto, com base nisso, busca-se analisar a atuação da mulher como agente político no município de Sant'Ana do Livramento, descrever o perfil das respondentes, averiguar as diversidades e conquistas e apontar os efeitos da presença feminina no município. Desta forma, no tópico seguinte, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados na operacionalização da presente pesquisa.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este estudo constitui-se de uma pesquisa aplicada na Câmara de Vereadores no Município de Sant'Ana do Livramento, RS, buscando descrever os perfis das respondentes, averiguar quais

são as adversidades, os entraves e as conquistas das respondentes e apontar os efeitos da presença feminina na política municipal.

De acordo com Thiollent (2009, p. 36), “[...] a pesquisa aplicada concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais; está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções”. Para melhor compreensão do assunto abordado, a abordagem escolhida foi qualitativa, sendo de fundamental importância para elementos de análise sobre a atuação da mulher como agente político em Sant’Ana do Livramento, RS. Conforme Flick (2009), pesquisas qualitativas possuem relevância quando se trata de estudos das relações sociais, devido à pluralização das esferas de vida, assim exigindo uma nova sensibilidade para os estudos empíricos dessas questões.

A perspectiva metodológica da pesquisa se caracteriza como exploratória. De acordo com Gil (2008), este tipo de pesquisa proporciona uma maior familiaridade com a temática. Para atender ao objetivo de investigação, os dados primários foram produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas, utilizando um roteiro semiestruturado. Conforme Lakatos e Marconi (2003), a entrevista é um procedimento utilizado em pesquisas sociais, para coletar dados ou para auxiliar no diagnóstico ou na solução de um problema social.

O roteiro semiestruturado utilizado nesta pesquisa foi adaptado de Couto (2012). O método possibilita ao pesquisador contatos com diferentes memórias, as quais constituíram o desenvolvimento do indivíduo tanto pessoal como profissionalmente, como também permitem ao indivíduo pesquisado o estabelecimento de um diálogo interior com seu próprio eu, tomando consciência sobre sua existência e compreendendo, assim, sua trajetória de vida.

Esse tipo de metodologia é caracterizado pelos dados descritivos, pelo contato do pesquisador com o pesquisado e pela valorização do processo, pois se preocupa em retratar as perspectivas dos indivíduos, como esses indivíduos atribuem significados às coisas da vida, sendo esta uma importante proposta da utilização desse método (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Assim, os sujeitos da pesquisa são mulheres que atuam ou atuaram no Poder Legislativo e Executivo municipal, selecionadas por conveniência e acessibilidade, totalizando 6 respondentes. As entrevistas foram realizadas nos meses de agosto e setembro do ano de 2020. A identidade das entrevistadas foi mantida em sigilo, e elas foram denominadas como E1, E2, E3, E4, E5 e E6. Vale salientar que as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos sujeitos, para posterior transcrição. Por fim, os dados secundários referem-se a documentos, registros, fotos e outros, disponibilizados pelos sujeitos da pesquisa.

A interpretação dos dados foi realizada por meio da análise interpretativa. Conforme Thorne (2016), esta abordagem de pesquisa propõe criar uma descrição rica e detalhada de algum fenômeno, descobrindo associações, relações e padrões que auxiliem o leitor a entender aspectos mais profundos, completos e ricos, para vinculá-los de modo que se produza uma melhor compreensão do fenômeno, desencadeando uma visão e uma ação relacionadas à prática.

Portanto, esta pesquisa se constitui a partir da análise interpretativa das entrevistas sobre a atuação da mulher como agente político em Sant’Ana do Livramento, realizando um levantamento de dados referentes ao fenômeno estudado.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 O perfil das entrevistadas

Sant'Ana do Livramento, em toda a sua história, teve apenas 12 mulheres eleitas para assumirem o Legislativo. Desse total, 50% das vereadoras foram entrevistadas, com intuito de analisar subjetivamente o perfil de cada uma.

Quadro 1 – Caracterização das entrevistadas

Entrevistada	Idade	Estado civil	Partido	Religião	Profissão / escolaridade	Filhos	Atuação no setor público	Cargo ocupado
(E1)	66 anos	Divorciada	PDT	Católica	Advogada / superior	3	7 anos	Vereadora
(E2)	49 anos	Casada	PSB	Evangélica	Dona de casa / Estudante / superior incompleto	2	3 anos	Vereadora
(E3)	30 anos	Divorciada	PTB / PDT	Católica / espírita	Técnica em Radiologia / secretária de Habitação / nível médio	2	4 anos	Secretária de Habitação
(E4)	54 anos	Divorciada	PSB	Cristã	Pedagoga / advogada / superior	3	6 anos	Vice-prefeita
(E5)	72 anos	Solteira	PDT	Católica	Mestra em Sociologia / Professora	1	15 anos	Secretária de Cultura, Esporte e Lazer
(E6)	63 anos	Viúva	PL	Cristã	Servidora pública / formada em Administração	2	+/- 20 anos	Aposentada / empresária

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme o Quadro 1, a entrevistada denominada nesta pesquisa como (E1) tem 66 anos, é filiada ao PDT, defende a ideologia de Leonel Brizola e está em seu 2º mandato, sendo o último na gestão 2017-2020. Em 2017, assumiu a Presidência da Câmara, sendo a 3ª presidente mulher a ocupar este cargo.

A entrevistada (E2) tem 49 anos, é casada, tem filhos, valoriza bastante a família e a sua religião e está no término do seu primeiro mandato. Vale destacar que ela é filiada ao PSB. Já a entrevistada (E3), ex-vereadora, exerceu seu mandato de 2012 até 2016. Quando assumiu o cargo de vereadora, tinha apenas 24 anos, sendo a mais nova dentre os outros representantes legislativos. Destacou-se por ser a 2ª a assumir a Presidência do Poder Legislativo tão jovem. Segundo a ex-vereadora, na época, ela não era respeitada por seus colegas, devido a questões de idade e gênero.

A entrevistada (E4), por sua vez, não chegou a assumir cargo de representante legislativa, tem 54 anos, é divorciada e atua no setor público há mais de 6 anos. É filiada ao PSB, foi eleita em 2016 como vice-prefeita do município. Em 2018, candidatou-se para deputada estadual, sendo a mais votada em Sant'Ana do Livramento; contudo, não conseguiu o número de votos suficientes para se eleger. Em sua atuação, fez vários projetos para a comunidade santanense, até mesmo no período em que atuava indiretamente na política, como primeira-dama. Na sua última gestão, sua atuação foi impedida por problemas políticos.

A entrevistada (E5) foi secretária de Educação e possui uma longa jornada na política local. Foi vereadora em 2 mandatos, foi a primeira vice-prefeita de Sant'Ana do Livramento, atuou fortemente na área de educação, inclusive no tempo em que era representante legislativa, quando fez anteprojetos voltados à educação. Sua história de vida é muito interessante, pois, quando jovem, conseguiu uma bolsa de estudos para o exterior, onde viveu por anos, até retornar ao país e participar ativamente na política. Ela se considera feminista e afirma sentir orgulho do avanço da atuação da mulher na política.

E, por último, a entrevistada (E6), que tem 63 anos, trabalhou 20 anos na Prefeitura do município, como inspetora tributária, na Secretaria da Fazenda, e foi eleita vereadora na década de 1990. No próximo tópico, será abordado o ingresso da mulher na política, contemplando principalmente as que exerceram o cargo de vereadora em Sant'Ana do Livramento.

## **4.2 O ingresso na política**

A luta das mulheres para adquirirem direito de voto e posteriormente espaço na política foi longa e demorada, mais de 80 anos de luta pela participação feminina na política brasileira e, ainda assim, há muita desigualdade de gênero. Segundo as entrevistadas, ao longo das suas jornadas na luta pela candidatura, elas passaram por períodos difíceis, em que tiveram de lidar com o preconceito de gênero, entre outros problemas. A seguir, expõe-se o relato das entrevistadas a respeito de como foi o ingresso delas na política.

*Resistência eles não têm, porque eles não podem, não é que eles não queiram, por eles seriam eles, eles por eles, né, se tu vai deixar... agora a lei impede que eles por as cotas né 30%, um terço dos candidatos têm que ser mulher e como é muito difícil tu conseguir mulher que queira ser política. Então, as poucas que tem eles não têm nem coragem de enfrentar muito, enfrentam, mas não têm muita coragem de enfrentar. (E1).*

*Olha, se tem preconceito, da minha parte, eu não notei. Eu creio que não tem, eu no partido no qual estou, no PSB, não vi essa resistência em relação à mulher; pelo contrário, necessitava-se muito de mulher. Não vi preconceito nenhum e também eu sou o tipo de pessoa que eu não me preocupo muito com o que acham, então eu não sou de notar assim se há esse tipo de preconceito ou não, né. (E2).*

*Eu enfrentei muita dificuldade, muita, porque eu me candidatei eu tinha 23 anos, tinha uma família, filho como eu sempre coloca à frente de tudo, mas e aí é as dificuldades, o preconceito que as pessoas muitas vezes acham que tu deve ficar em casa ou que tu não deve de trabalhar. (E3).*

*Eu acho que sim, eu acho que de uma forma geral os partidos oferecem uma resistência, não é o caso do PSB, acho que a nossa caminhada de organização interna no partido foi muito exitosa. Acho que hoje os homens também estão incorporando, digamos assim, né, essa necessidade de ter política pública para mulheres, mas todas nós já enfrentamos algum tipo de prática machista. (E4).*

De acordo com o evidenciado sobre o ingresso das mulheres na política, o estudo sugere que a candidatura relaciona-se com a personalidade e a individualidade de cada mulher. Nesse sentido, destacam-se a resistência dos partidos políticos e o preconceito do sexo masculino. Essas análises reiteram a recorrência das desigualdades de gênero em espaços de poder e decisão, identificando-as como fenômeno mundial e reflexo da histórica exclusão feminina da política.

Esse aspecto pode ser identificado a partir dos dados estatísticos que demonstram as distâncias entre os gêneros em esferas de deliberação e poder, além das dificuldades para o

ingresso das mulheres em grupos e espaços masculinos (DAHLERUP, 1999). A pesquisa aponta a hostilidade, relacionada à cultura de que a mulher não deve exercer atividade laboral, mas sim cuidar dos filhos, da casa e da família.

Portanto, criar condições justas para competir com os homens na política é um desafio que consiste quase em mudar o conceito de política para a população e tentar desconstruir gradativamente a denominação de papéis sociais, econômicos e políticos para homens e mulheres (PAXTON; HUGHES, 2016). Dessa forma, “[...] a competição partidária mais diversificada, combinada com o surgimento de novos partidos, tende a proporcionar mais oportunidades de ingresso para as mulheres na esfera política” (ARAÚJO, 2005, p. 5).

Em sentido complementar ao ingresso das mulheres na política, questionamos sobre os incentivos recebidos ao longo das suas campanhas eleitorais, que, conseqüentemente, geraram um resultado positivo. Segue, abaixo, a exposição das entrevistadas:

*Trabalhei 7 anos como chefe de gabinete, aí fui trabalhar na Defensoria Pública do Município, porque sou advogada, e ali tive o incentivo das pessoas que estavam junto comigo para que eu concorresse, e tive apoio porque as mulheres na política são raríssimas. Tu tem que ter apoio da família, isso é essencial, eu tenho. (E1).*

*Meu início na política, por ser instrutora de um curso bíblico, eu sempre fiz um trabalho social dentro da igreja e, por eu fazer esse trabalho social nos bairros, também me veio o convite e através desse convite da parte da igreja no qual eu me candidatei. Até no sentido do respaldo político, sim, tive um respaldo político da deputada Liziane Bayer, que é pastora da nossa igreja e hoje deputada federal. Eu tive um apoio, aliás, no início eu não tive não, depois eu tive, mas eu creio que a família é alguém muito importante na nossa vida e muitas vezes aquele esposo ou familiares talvez até por temer, né, para que a pessoa não se desestimele por algo, não apoia, mas eu creio que a família é prioridade na vida pública, não só o apoio do partido, mas principalmente o apoio da família. (E2).*

*O partido precisava do coeficiente de mulheres candidatas e aí nesse meio eu fui convidada pelo prefeito da época, no caso, o candidato que era o prefeito Ico, candidato pelo PTB, que fez assim o convite, vendo que eu já estava filiada no partido, para que eu pudesse fazer parte do partido e me candidatar como mulher pela porcentagem das mulheres. Eu aceitei o convite, tive incentivo e apoio da minha família, além de tudo o meu filho também que na época tava bem pequeno e do meu esposo tive apoio também. A partir daí tive o apoio total da minha família, dos meus amigos e da comunidade, também fui muito bem aceita no meu trabalho que eu estava proporcionando para as pessoas e a partir dali fiz um trabalho, né, com a comunidade, para que viesse aí ser eleita no ano que fui. (E3).*

*A minha primeira filiação partidária foi no PT, eu fui 12 anos filiada ao PT e em 97 nós nos filiamos ao PSB, um grupo em Sant’Ana do Livramento, e reorganizamos o partido aqui e, quando eu vim pro PSB, eu observei que não tinha organização de mulheres no partido, então em 98, quando eu fui convidada pelo então deputado estadual Beto Albuquerque para trabalhar com ele na Assembleia Legislativa, eu pedi a ele que eu gostaria de fazer organização de mulheres no partido, e assim fizemos, tanto que nesse mesmo ano eu me tornei secretária estadual de Mulheres do PSB e parti para organização da secretaria nível nacional, que também não tinha. Então eu fui em busca das mulheres em cada estado, né, onde é que elas estavam, enfim, ligando para cá, ligando para lá, e nós organizamos um primeiro encontro no Rio de Janeiro, com 13 estados. Em 2006, a deputada federal que era o momento em que o partido precisava passar a cláusula de barreira, então havia um apoio para que as mulheres fossem candidatas, um estímulo, enfim, e aí eu fui candidata aqui por Santana do Livramento e depois em 2016 o partido me convidou pra que eu assumisse uma candidatura aqui em Santana do Livramento e eu vim para ser candidata a vice-prefeita. (E4).*

*Quando eu me candidatei, entrei na realidade que a gente batalha muito que tão tentando incentivar muitas mulheres, mas que ainda é lento e há um mascaro em tudo. Incentivo acho que não, e sim disposição de sentir a realidade, porque meu marido tinha sido vereador, só que, quando eu fui procurar a base dele, aí que eu vi a realidade que não querem mulher, eles falam, mas na prática não é. (E6).*

Conforme a explanação sobre os incentivos que as entrevistadas receberam ao se candidatar, destaca-se que algumas receberam apoio partidário e da comunidade, pela prestação de serviços e também pelo desenvolvimento de ações sociais relacionadas às instituições cristãs. Evidencia-se o apoio familiar, que, por unanimidade, foi considerado o fundamental.

Vale ressaltar que as cotas incentivam a participação, mesmo que ainda não seja um objetivo principal dos partidos políticos, visto que eles estão pouco preocupados em acabar com a desigualdade e aumentar o número de mulheres na política, pela importância que isso teria (SAMPAIO; PAULA; MIRANDA, 2016). Também, segundo Sampaio, Paula e Miranda (2016, p. 95):

O Brasil ainda precisa melhorar na questão da desigualdade entre homens e mulheres na política. Uma ação para que a desigualdade comece a diminuir seria a permanência das cotas juntamente com a constante luta acerca da reserva de assentos no legislativo, além da adoção de medidas que busquem levar para diversas instituições o debate sobre a questão da construção social do gênero, de forma a tentar conscientizar toda a população sobre as desigualdades que ainda persistem.

Ainda sobre o ingresso na política, as entrevistadas foram indagadas sobre suas participações em movimentos ou manifestações políticas, antes do exercício de suas candidaturas. Neste sentido, foram obtidas as seguintes respostas:

*Não, antes de participar reunião tinha pretensão, eu nunca nem me imaginava política antes de vir trabalhar como chefe de gabinete. (E1).*

*Olha eu somente como militante para a deputada Liziane Bayer, que foi a primeira eleição dela, eu fui militante foi somente nessa época, não era filiada ainda, mas participei somente nesse momento. (E2).*

*Manifestações, não, nunca participei de manifestações públicas, só exatamente assim em campanha pra algum outro vereador juntamente com a minha mãe, mas manifestação nunca participei. (E3).*

*Sim, do movimento feminista. Comecei no movimento estudantil na adolescência, morava em Porto Alegre. Eu fui também no movimento sindical, fui professora durante muitos anos do Magistério Público Estadual, concursada, e participei ativamente de todos os movimentos de greve do magistério, sendo inclusive comando de greve aqui no município. Participei de movimento em apoio à Reforma Agrária e também do movimento de apoio à luta dos palestinos pela sua também independência. (E4).*

*Eu participei de todos os movimentos, eu fui líder de greve do magistério, participei da comissão de greve que era um contingente feminino muito grande, mas que eram levados por reivindicações salariais. Eu acho que é muito importante pra uma pessoa que nasce como formadora de opinião ela tem que começar primeiro a participar, se você mora na vila tem que conseguir uma liderança, fazer reuniões e discutir os problemas comunitários para poder começar a reivindicar isso aí. (E5).*

*Sempre eu estive em causas não em lutas, em frentes isso aí não sou simpática isso. Batalhei pelas mulheres rurais que hoje tá bem avançado né. Fui presidente da Associação dos Servidores Públicos. (E6).*

O estudo revela que as mulheres que participavam de manifestações defendiam temas estudantis, feministas, dentre outros. Apesar de as mulheres não poderem exercer plenamente seus direitos tanto na vida política quanto na vida privada, elas buscaram se articular, criando movimentos de luta que buscavam não somente direitos políticos, como também direitos sociais (DIAS; SAMPAIO, 2011, p. 88). Vale salientar que algumas das candidatas não possuíam vínculos relacionados a esses movimentos por falta de interesse pelo meio político até então.

O tópico a seguir será desenvolvido sobre as conquistas que as vereadoras obtiveram em seus mandatos, incluindo os projetos criados e aprovados, as adversidades que passaram e os desafios que enfrentaram ao longo de seus exercícios.

### 4.3 As conquistas, as adversidades e os desafios na política

A criação de anteprojetos é uma das formas de sanar as necessidades mais relevantes de uma população. Para isso, deve-se rever as condições de cada município e a demanda de determinada comunidade. Porém questões culturais ainda exercem influência sobre a pouca inserção e representação da mulher na política, visto que, mesmo que conquistas sejam alcançadas, a baixa visibilidade da mulher em alguns momentos, perante a sociedade, ainda compromete a realização plena de direitos políticos e de cidadania (DIAS; SAMPAIO, 2011) que, por sua vez, só podem acontecer quando há um grau de autonomia e reconhecimento do indivíduo pela sociedade (ARAÚJO, 2011).

Portanto, as vereadoras entrevistadas foram questionadas sobre as conquistas obtidas em suas candidaturas.

*Eu apresentei vários projetos durante esse tempo de vereadora. O projeto para o Pórtico da cidade, que já faz nove anos e nenhum prefeito conseguiu implantar ainda, até por falta de verba. Apresentei vários projetos, mas nenhum direcionado específico para mulher. Eu sempre apresentei projetos para a comunidade como um todo. Eu não tenho um projeto que beneficia só a mulher, eu vou procurar benefícios para mulher no estado, agora há pouco junto com a vereadora Márcia, nós fomos a Porto Alegre, falamos com o vice-governador e com a delegada para trazer para Livramento a delegacia da mulher, não foi possível, não fomos atendidos. O benefício que eu procuro trazer é atender as mulheres com um todo e como vereadora eu posso dizer que 90% do eleitorado, senão mais, são de mulheres, quase que 100% das pessoas que me procuram dentro do meu gabinete são mulheres, até pela minha própria profissão de advogada, e eu sempre trabalhei e sempre dediquei a minha profissão e a minha vida política em favor das mulheres. (E1).*

*O projeto que eu creio que tem uma relevância foi o primeiro projeto que eu criei, que foi em 2017, de combate à depressão e à violência, então vejam que é de grande relevância principalmente às mulheres que hoje, na menopausa, sofrem também de depressão, sem conhecimento, acham que aquela depressão que ou é a falta ou seja uma procura em tomar uma medicação que a parte hormonal é toda transformada e elas não têm esse conhecimento. Tenho um projeto previsto que ainda hoje nós temos numa base de 800 assinaturas que é sobre o transporte, sobre a importunação sexual no transporte coletivo, ou seja, o assédio. (E2).*

*Os projetos que eu apresentei eu acho que foi de alta relevância, assim, eu sempre trabalhei visando o melhor para a comunidade, mas em específico acho que, por ter filhos, eu sempre tentei dar uma melhor atenção para as crianças. Também dos projetos que eu fiz na época de vereadora que eu apresentei foi um projeto que visa o desenvolvimento da criança na questão visual, que foi o projeto “visão para sempre”, ele prevê a ambliopia, então é um tratamento barato feito nas escolas que foi implantado para as crianças de 5 até os 7 anos.*

*Eles têm como fazer uma prevenção e tu pode reverter a situação do estrabismo ocular. Outro diretamente para as mulheres, sim, eu fiz um projeto que é uma prevenção de gravidez na adolescência, visa a prevenção nas escolas juntamente com o Poder Executivo e o público, o projeto realiza um longo trabalho com jovens de até 12 anos. (E3).*

*Eu coordenei a implantação do Centro de Referência da Mulher. O PAISM, Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, era um programa custeado totalmente com os recursos do município, formado por 30 jovens, homens e mulheres, que recebiam capacitação em 9 áreas da saúde da mulher e visitaram todas as casas de Sant'Ana do Livramento levando orientação para mulheres sobre climatério, menopausa, câncer de mama, câncer de útero, violência contra mulher, amamentação e gravidez na adolescência. Enfim nós tínhamos tema para todas as idades. Nós conseguimos juntamente com o PIM, Programa Primeira Infância Melhor, que durante um determinado tempo recebeu apoio do governo estadual, depois deixou de ter o apoio e nós mantivemos assim mesmo programa, nós conseguimos reduzir a mortalidade infantil, que, quando o PSB chegou ao governo, era de 29 mortes a cada mil nascidos, para 1 dígito 7 ou 8, não me lembro, reduzimos a mortalidade materna a 0. Incentivamos fortemente a realização da mamografia, eram feitas muitas mamografias nas mulheres e fizemos um trabalho de Constituição mesmo de uma rede de proteção às Mulheres, vítimas de violência. (E4).*

*Eu fiz um voltado para a educação especial que eu acho importante, depois também como vice-prefeita eu transformei as creches em escolas infantis antes de da nova NDB da nova lei de diretrizes e bases, então foi bastante significativo para livramento a época, né, e teve outros vários projetos que eu não lembro agora, mas para as mulheres especificamente não fiz. (E5).*

*A minha preocupação era de construção do dirigir para pegar habilidade porque já se fazia já acostumei fazer com a vizinhança arrumar ponte a gente pegar as mãos fazia lá eu estava só vão precisar da Itália já vai combustível ele fazia uma estrada e como eu transferência na pele então foi a minha preocupação de fazer andar nesse nesse sentido, né, bom que criasse na prática, né, a constância da conservação. (E6).*

A partir dos relatos das entrevistadas, depreende-se que, durante suas candidaturas, foram colocados em prática vários projetos com a finalidade de atender a população. Os projetos citados eram destinados principalmente à criação de uma delegacia especializada para atendimento às mulheres vítimas de violência, criação de projetos voltados à saúde das crianças e prevenção de gravidez na adolescência. Houve a implantação do Centro de Referência da Mulher, uma grande conquista para a população feminina.

Constatou-se, portanto, que a participação feminina na política contribui diretamente para a criação de projetos e políticas públicas direcionadas à assistência e à saúde da mulher. Antes de atingir as conquistas idealizadas pelas mulheres na política, elas tiveram de lutar para conseguir espaço neste âmbito, no qual até hoje se sobressai a presença masculina. Por conseguinte, as entrevistas relatam objetivamente de que forma ocorreu a conquista por esse espaço na política, conforme a seguir:

*Essa igualdade buscada pelas mulheres não foi alcançada ainda, eu não digo nem que seja por culpa dos homens, pois algumas mulheres também são culpadas disso, porque existe exagero das duas partes, tanto do homem quanto da mulher, e muita dificuldade também, porque até dentro do partido a gente não consegue buscar mulher, trazer a mulher. O PDT tem ação da mulher trabalhista, que é a MT, e a gente até agora não conseguiu formar dentro de Livramento. Ela quer ter um emprego, mas não se envolver na política, elas vêm como possibilidade de emprego, mas não de política, a gente tem essa dificuldade, então a mulher não conquistou todo espaço que tem, haja vista que aqui na Câmara são 17 vereadores e apenas duas mulheres, então é para ver que o espaço não foi conquistado totalmente. (E1).*

*Nós, mulheres, caminhamos a passos lentos. Não vejo tanto por uma discriminação em si, até mesmo pela mulher, hoje, não querer fazer parte desse âmbito ainda. Embora se fala em empoderamento, mas hoje, dentro dos partidos, as mulheres não querem nem que seja de eleger, não querem entrar nesse âmbito político e há uma necessidade. (E2).*

*Acredito que as mulheres têm um pequeno espaço na sociedade, por isso eu acho que há muito o que ser feito por que o que eu vejo que as mulheres não têm um bom espaço na sociedade. Hoje há uma grande rejeição da mulher na política, da mulher ser pintora de residência, da mulher ser engenheira, boa no âmbito que trabalha. Profissão de homens assim a sociedade não apoia. O que eu vejo na política hoje, no Brasil é que a mulher ela tenta trabalhar e ela tenta fazer o seu melhor na política, mas aí o que que ela tem? A rejeição por ser mulher na política e muitas vezes as mulheres não apoiam as próprias mulheres. O que hoje em grande parte assim as mulheres ainda têm aquela rivalidade de ser mulher. Hoje claro que os partidos não têm tanta força da mulher por que realmente falta mulher candidata, falta mulher que apoie o cenário político e também fora os outros. (E3).*

*Eu acho que nós estamos muito aquém da nossa importância, lamentavelmente a gente vive numa sociedade machista, eu mesmo estou vivendo essa situação aqui dentro do Executivo. Estou alijada da administração por decisão do prefeito, não participo de nada de nenhum tipo de debate, nenhuma decisão política, até acho que hoje em razão das iniciativas adotadas pelo Poder Executivo. (E4).*

*A questão do espaço a pessoa conquista, né, mas ainda tem mais a ser feito que você pode ver o quanto a influência da educação, uma influência, digamos assim, que por fatores externos, endógenos que fazem com que a mulher não tenha essa preocupação e essa vontade pela participação política, pode ver que é o mínimo de mulheres que se preocupam com essa questão, porque senão nós teríamos uma representatividade maior no Congresso Nacional, no Senado, na Câmara Federal e mesmo aqui na Assembleia Legislativa em Porto Alegre nem a nível local, se você for observar, todos os municípios sempre vai ter uma ou duas no máximo. (E5).*

*Para onde há também a presença delas na política que as coisas cheguem a gente tem que arregaçar as mangas. Já conquistou muitas coisas, agora nós precisamos tomar posse. (E6).*

A inserção das mulheres na política não garante, necessariamente, a igualdade de participação entre homens e mulheres na Câmara de Vereadores, como mostraram os relatos das vereadoras entrevistadas, indicando que a representação ainda é permeada pela construção social acerca do papel da mulher e sua estereotipação como um indivíduo menos racional (SAMPAIO; PAULA; MIRANDA, 2016).

Constata-se, desta maneira, que, apesar de hoje a mulher ter conquistado um lugar na política, há muito a melhorar. A igualdade de direitos que tantas almejam ainda não é uma realidade, pois existem adversidades que impedem isso, como: alta rejeição da mulher na política, falta de apoio das próprias mulheres, muitas vezes causada pela rivalidade feminina, além do preconceito de gênero.

Para Scott (1990), o gênero pode ser entendido como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, ou seja, é construção social do sujeito masculino ou feminino. Desta forma, as entrevistadas foram questionadas acerca das diferenças de gênero entre os representantes do povo. A seguir, as explicações obtidas decorrentes do assunto:

*A diferença que a mulher faz é querer participar, enquanto a mulher não quiser participar ou aceitar que não deixem ela participar. Ela nunca vai ter espaço, porque vai ser minoria sempre. Então, se tu é minoria, já é difícil; ser mulher é difícil, ser minoria fica mais difícil, e o problema é brigar por espaço. Tem que estudar, tem que ter conhecimento, porque, para*

*ser mulher e crescer, não só na política, em qualquer profissão que tu escolher. Se ela não for a melhor, ela não abre porta. Ela tem que ser a mais organizada, a mais competente, conhecimento ela tem que ter pra que ela possa discutir, como aqui: duas discutindo com 15, ter argumentos para quinze. Então tu tem que saber o que tu tá falando para que tu seja respeitada, então a mulher, pra chegar em qualquer profissão, ela tem que ser a melhor. (E1).*

*A mulher ela é mais emocional, mais criativa, ela é uma pessoa muito racional. A gente tá. Vamos supor, se a gente quer fazer alguma coisa pra alguém, a gente vai até o fim; exemplo, Marcia da Rosa, as outras eu não sei, mas eu acho que a gente faz uma diferença muito grande. Há essa necessidade de... o homem partilhar, compartilhar com a mulher a vida pública é o que falta, né, é que falta, né. Por isso o homem e a mulher, o que vai faltar no homem a mulher preenche, né, então há essa necessidade da mulher no âmbito público, eu creio que sim. (E2).*

*Com certeza, eu como mulher eu acho que a mulher pode trazer, sim, muita diferença, mas ela tem que ter um apoio também das mulheres e um apoio do trabalho que ela faz. Muitas vezes a mulher limpa uma casa mas o homem também tem que limpar, porque ele também tem que saber. E hoje a gente tá igualando muito as questões do trabalho de homem e mulher que tem que ser os mesmos, então nessa forma eu acho que a mulher pode fazer diferença sim, porque a mulher ela consegue. (E3).*

*Tudo, total. Eu acho que a política precisa do olhar feminino, não tenho dúvida com relação a isso. Tem um pensamento que diz que, quando uma mulher entra na política, não é mulher que muda, é a política. Porque nós temos um olhar diferente, temos um olhar mais voltado para a questão social. Quando um homem tá na política, a preocupação dele é o asfalto, tem que asfaltar a cidade, já a mulher ela tem essa preocupação também, mas ela também tem a preocupação com as crianças, com os idosos, preocupação com as mulheres, então nós nos preocupamos em políticas públicas de área social e nós trazemos esse olhar para dentro da política. (E4).*

*Eu acho que qualquer um pode fazer, independentemente de ser homem ou mulher, eu acho que tanto faz, depende das propostas, dos ideais de cada um, e o que a pessoa se propõe. (E5).*

Nesse sentido, no entendimento de Rangel (2010, p. 89), “A baixa porcentagem de mulheres presentes nas instituições políticas ainda não é tida como um problema para muitas pessoas, dificultando, assim, a valorização de medidas que buscam a igualdade de gênero”.

No entanto, as vereadoras salientam a capacidade das mulheres de equilibrar tanto a vida privada quanto a pública como uma característica intrínseca à mulher; destacam, ainda, que têm um senso organizacional e uma capacidade de operacionalizar várias situações diferentes, devido ao fato de assumirem, na vida privada, diversos papéis.

Destaca-se também a sensibilidade da mulher ao fazer política, que, segundo as entrevistadas, é uma singularidade. Conforme o relato delas, observa-se que é visível a diferença na participação feminina no meio político; mesmo sendo minoria, a mulher transforma a política num ambiente mais igualitário, justo, racional e preocupado com políticas públicas de cunho social.

Desta forma, a pesquisa relata que, no período dos seus mandatos, as entrevistadas enfrentaram vários obstáculos no meio político, pertinentes a questões de gênero e também por serem minorias. Neste sentido, foram obtidos os seguintes relatos:

*A adversidade surge sempre, todo dia na vida, na profissão e na política. Todo dia tem alguma coisa para resolver, mas eu sempre encarei isso de frente e nunca deixei ninguém me pisar. Nunca deixei, depois que me tornei independente, eu aprendi que eu sou a Maria Helena e que tem que me respeitar como tal. Independente de ser mulher ou de ser homem, eu sou um ser humano, eu sou a Maria Helena que tem uma profissão que tem um caminho*

honesto a seguir e tem que ser respeitado. Eu tenho família, não aceito que as pessoas menosprezam a Maria Helena porque a Maria é sozinha. A Maria Helena tem uma família atrás e no momento que de alguma maneira me atacarem isso vai refletir na minha família também então eu não aceito isso. (E1).

É você vim sonhando muito e vê que não é como da maneira que a gente pensa. Eu queria que nós tivéssemos condições de executar muita coisa como vereadora e nós não temos. Isso foi uma das coisas que me chateou, pois nós somos somente mediadores da comunidade. Muita coisa a gente pode fazer até pela falta de conhecimento das pessoas, a gente pode ajudar mas muita coisa a gente fica impedida também. A máquina pública que sabemos que hoje nós temos um sistema praticamente falido, o orçamento quase zero, então traz grande dificuldade pra gente que é vereador, porque somos pessoas acusadas hoje pela sociedade, acusadas até mesmo por uma má imagem de políticos que não têm respeito pela vida pública e nós ficamos manchados. (E2).

As maiores adversidades que eu tive foi exatamente quando eu fui presidente da Câmara. Adversidade que foi o que eu mais enfrentei, foi a questão por ser mulher, por ser jovem, foi a maior dificuldade que eu tive, porque foi comandar o Poder Legislativo. Ele já é difícil, é difícil porque tu está representando os 17 vereadores não só na Câmara, mas também em diversos lugares, tu tem que tratar a questão administrativa da Casa que tu nem conhece. Tu tem um ano ali pra ti organizar, pra ti economizar nas despesas, pra ti fazer os investimentos necessários. Quando eu saí eu vou responder também pelas contas financeiras da Casa, o almoxarifado não desconhece tem pessoas profissionais na Casa. Quando eu fui prefeita, foi uma dificuldade muito grande, porque eu peguei ali 20 dias assumindo uma prefeitura que não é fácil, por mais que tu esteja interina tu quer fazer o teu trabalho, tu quer mostrar sim pra comunidade o que tu veio, o que tu quer de bom e ali eu tive todos os funcionários na minha frente, todos os secretários da gestão me apontando o dedo que eu estava errada por ter denunciado, que estava errada e aí depois veio uma bomba atômica, né, dessas pessoa ali me julgando me apontando, então foi bem difícil assim, eu enfrentei uma barra gigante. Acho que quando eu saí da presidência ali eu me aquietei assim, porque de tudo tive ameaças na época. Também porque era só eu e o meu filho morando sozinhos, pessoas fortes ali que queriam que eu me calasse, mas eu não me calei. Eu tinha provas reais de que eu estava certa e talvez também aquilo dali era a questão de família e eu tinha que mostrar pra minha família e pro meu filho, que é a minha referência, que hoje são dois mas na época era um, que eu tinha que fazer o correto, então eu sempre agi de uma forma correta mas com a questão de tu ser correta vem a questão de todo aquele grupo de pessoas que vieram, adversários políticos que vieram tentar me boicotar ou até mesmo me fazer outras coisas digamos assim né de não poder ajudar (E4).

Segundo Sampaio, Paula e Miranda (2016), é preciso destacar que os papéis sociais construídos para homens e mulheres vêm se modificando, ao longo dos anos, por isso, as mulheres estão se inserindo mais na política, mesmo que ainda enfrentando desigualdades e dificuldades.

Portanto, constata-se que as adversidades enfrentadas ocorreram por diversos motivos, como: agir de maneira correta, mostrando para a comunidade o trabalho a ser desempenhado, e ter de enfrentar pessoas por causa disso; aliado a isso, tem-se a questão da idade, de forma que, às vezes, por serem jovens, são julgadas como inexperientes; além do estado civil das vereadoras, que é usado de pretexto para desrespeito, em algumas situações.

Não obstante, há a questão da falta de verba, por parte do governo, que causa o impedimento na realização de projetos, o que, conseqüentemente, atrapalha a melhoria de vida da comunidade; soma-se a isso a desvalorização da imagem do político, ocasionada por atos de corrupção presentes em todo o país. Por fim, questionou-se quanto aos efeitos da presença feminina na política local. Como resposta, obtiveram-se os relatos abaixo:

*O efeito é que tem que ser a melhor, fazer o melhor e dar o melhor para política, sempre pensando na mulher, na família e no idoso. Lá pela Europa tu vê que na Inglaterra mesmo há quanto tempo uma mulher comanda, nós temos duas mulheres comandando, que foram nomeadas. Duas mulheres estão no topo, mas eu vejo que a Europa ela respeita mais a mulher e dá mais espaço para mulher, agora no Brasil, não, no Brasil tu vai ver os ministérios que agora no governo Bolsonaro são duas mulheres ridicularizadas todo dia. Nós temos a Damaris que é ridicularizada diariamente nas suas manifestações, nas suas atitudes e muitas com razão. (E1).*

*Hoje nós somos poucas, eu posso dizer que é a vice-prefeita, eu e a vereadora Maria Helena. Eu creio que somos muito pouco ainda, mas eu creio que essas três poucas são fortes, entendeu. Né, a vice-prefeita com o perfil dela, eu com o meu perfil e a vereadora Maria Helena com o perfil dela. E o que eu mais espero é que nesse próximo ano possamos ter mais mulheres para gente unir forças porque eu nunca tive, nunca vou ter esse preconceito de querer ser igual ao homem. Eu nasci mulher, o modo de eu trabalhar vai ser o meu modo como Deus me fez, sendo mulher, não vai ter outra maneira, né, e para mim não importa se há um homem, eu como mulher, eu quero vencer como mulher, não quero ser melhor que ele, nem melhor nem inferior, mas vou ser diferente, somos diferentes. (E2).*

*Faz grande diferença, na política tem que existir mais mulheres. Eu acho que deveria de ter uma prefeita mulher e até digo assim o meu trabalho vai ser para um dia chegar até a prefeitura. Chegar como prefeita, mas não é o êxito de tu chegar, e sim de tu fazer. De tu fazer o correto, de tu poder trabalhar em conjunto com as pessoas que isso é muito relevante. Eu sempre digo, a mulher ela tem um carinho, um sentimento a mais de tu poder trabalhar em conjunto, a valorizar quem tá no teu lado e a trabalhar em grupo. A mulher ela trabalha em grupo por quê? Porque às vezes ela tem três, quatro, cinco filhos dentro de casa e ela não tem como ficar sozinha nunca, ela tem que trabalhar com aquela equipe que ela tem, daí todo mundo faz um pouco. Então a mulher tem a visão da equipe, e o homem, não, porque o homem ele é mais sozinho. (E3).*

Bourdieu (1999) afirma que há necessidade da presença feminina no parlamento para defender as pautas das mulheres, visto que estas ainda não alcançaram seu espaço como iguais na política. Neste sentido, a pesquisa demonstra que os efeitos da atuação feminina na política do município têm por consequência maior representatividade voltada a assuntos que abordam o público feminino. Além de mudar questões, principalmente culturais; mesmo sendo minoria, as que atuam na gestão se consideram fortes, cada uma com suas individualidades.

Contudo, a presença de mulheres na política é precedida por um caminho de estereótipos e desproporcional carga de trabalho doméstico, dificultando a existência de tempo para participar de atividades políticas, construção social da competência do espaço doméstico às mulheres, entre outros (MIGUEL; BIROLI, 2010).

As entrevistadas declaram ainda que o principal efeito dessa atuação é o querer fazer e dar o seu melhor sempre, além da facilidade de trabalhar em grupo, que é uma vantagem significativa para uma atuação mais presente. Segundo as respondentes, as mudanças são visíveis na comunidade, porém ainda há a necessidade de um aumento quantitativo nessa atuação.

Nesta perspectiva, é possível afirmar que há algumas características marcantes no sexo feminino, como a habilidade de trabalhar em grupo, de tentar fazer o melhor possível em tudo, além da preocupação com o ambiente familiar. Portanto, são características de cada personalidade vinculadas aos efeitos dessa atuação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou analisar a atuação da mulher como agente político no município de Sant'Ana do Livramento, a partir da descrição do ingresso das mulheres na política e das constatações das adversidades, conquistas e dos desafios das respondentes na ocupação de cargos e apontamentos sobre os efeitos da presença feminina na política local.

Atendendo os objetivos deste estudo, identifica-se que a atuação das mulheres acontece de forma participativa no meio político, porém em termos quantitativos ela não é muito expressiva. Conclui-se que as conquistas obtidas pelas mulheres em prol da comunidade santanense foram importantes, baseadas na criação e no desenvolvimento de projetos, por exemplo, como a implantação do Centro de Referência da Mulher.

Todavia, houve muitas adversidades a serem enfrentadas pelas representantes do povo, por não conseguirem desempenhar o que planejavam, pelo fato de serem minoria, agregado ao preconceito de gênero, que é muito comum no meio político. Além dos desafios que as entrevistadas passaram ao longo da caminhada política, a falta de verba foi ressaltada, pois ocasionou o impedimento na realização de projetos voltados à comunidade. Finalmente, convém observar que a investigação ressalta que as mulheres por vezes não pertencem ao mundo político, mas devem se enquadrar a padrões ou ao que é esperado delas, como a maternidade e a beleza.

A contribuição teórica desta pesquisa relaciona-se a agregar os achados deste estudo à literatura existente sobre o tema, isto é, trata-se da ampliação do aporte teórico referente à abordagem investigada. Já quanto à contribuição gerencial, destaca-se que a pesquisa se refere a um diagnóstico para os gestores atuais e futuros, de modo que permita a eles refletirem sobre a presença feminina e os seus efeitos na política municipal.

Por fim, esta pesquisa limitou-se às percepções das entrevistadas, portanto, não se deve generalizar os dados produzidos. Sugere-se, para futuros estudos sobre este tema, ampliar a amostra, investigar outros municípios para analisar se é uma característica comum ou não do estado investigado, além de aprofundar questões referentes aos elementos comportamentais.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. As mulheres e o poder político – desafios para a democracia nas próximas décadas. In: PITANGUY, J.; BAR, L. L. *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação [CEPIA]; ONU Mulheres, 2011.

ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas e ingresso das mulheres na representação política. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n. 24, p. 193–215, 2005.

AVELAR, L. *O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1989.

AVELAR, L. *Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 1996.

BAREIRO, L. El Estado, las mujeres y la política a través de la historia latinoamericana. In: DEVELOPMENT ALTERNATIVES WITH WOMEN FOR A NEW ERA [FIJI]. Consejo de Educación de Adultos de América Latina. Red de Educación Popular Entre Mujeres. *De poderes y saberes*. Debates sobre reestructura política y transformación social; memoria del II seminario regional. Montevideo: REPEM, 2000. p. 11–32.

BORBA, A. Legislando para as mulheres. In: BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO, T. *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos 93 Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. Disponível em:

[http://www.fpabramo.org.br/uploads/Mulher\\_e\\_politica.pdf](http://www.fpabramo.org.br/uploads/Mulher_e_politica.pdf). Acesso em: 23 maio 2020.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CARROL, S. J. *Women as candidates in American politics*. Bloomington: Indiana University Press, 1985.

COBO, R. Democracia paritaria y sujeto político feminista. *Anales de la Cátedra de Francisco Suárez*, Granada, n. 36, p. 29–44, 2002. Disponível em: [www.ugr.es/filde/pdf/contenido36\\_2.pdf](http://www.ugr.es/filde/pdf/contenido36_2.pdf). Acesso em: 23 maio 2020.

COUTO, P. J. *Mulheres e política: percepções e atuação política das vereadoras de Campos dos Goytacazes*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2012.

DAHLERUP, D. De uma pequena a uma grande minoria: uma teoria da “massa crítica” aplicada ao caso das mulheres na política escandinava. In: LAMAS, M. (Org.). *Debate feminista: cidadania e feminismo*. São Paulo: Melhoramentos, 1999. p. 142–83.

DIAS, J.; SAMPAIO, V. G. A inserção política da mulher no Brasil: uma retrospectiva histórica. *Estudos Eleitorais*, Brasília, v. 6, n. 3, p. 55–92, 2011.

ENTIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES [ONU MULHERES]. *Nota sobre democracia paritária*. New York: ONU Mulheres, 2018. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Nota\\_Democracia-Paritaria\\_FINAL.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Nota_Democracia-Paritaria_FINAL.pdf). Acesso em: 22 maio 2020.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOBBSBAWN, E. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

JAQUETE, J. Female political participation in Latin America: raising feminist issues. In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, 1., 1984, Los Angeles. *Anais [...]*. Los Angeles: Occidental College, 1984.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANDERDAHL, M. C; ROSO, A. Gestão de políticas públicas em gênero e raça: a transversalidade em curso. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2013.

LIMA, G. S.; LIMA, M. S.; TANURE, B. Os desafios da carreira da mulher executiva no Brasil. In: ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÃO DO TRABALHO, 2., 2009. Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração [ANPAD]; Divisão Acadêmica de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho [GPR], 2009.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Epu, 1986.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.18, n. 3, p. 653–79, 2010.

NOLASCO, L. G. Mulheres na política: entraves e conquistas. *Revista Jurídica Unigran*, Dourados, v. 12, n. 23, p. 2–9, 2010.

NOREMBERG, A. *A trajetória feminina na política brasileira*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 7., 2016. Santa Cruz do Sul. *Anais* [...]. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016.

PACHECO, M. G. C. O feminismo “bem comportado”: trajetória de conquista do voto feminino no Maranhão (1900-1934). *Revista História, imagem e narrativas*, Rio de Janeiro, n. 5, 2007. Disponível em: <http://www.historiaimagem.com.br/edicao5setembro2007/26-feminismo-pacheco.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

PAXTON, P.; HUGHES, M. M. *Women, politics, and power: a global perspective*. 3. ed. Washington: CQ Press, 2016.

PINHEIRO, L. S. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. 2006. 248 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/vozes-femininas-na-politica-uma-analise-sobre-mulheres-parlamentares-no-posconstituente/at\\_download/file](http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/vozes-femininas-na-politica-uma-analise-sobre-mulheres-parlamentares-no-posconstituente/at_download/file). Acesso em: 15 maio 2020.

PINTO, C. R. *Teorias da democracia: diferenças e identidades na contemporaneidade*. Porto Alegre: Editora Edpucrs, 2003.

PRÁ, J. R. Cidadania de gênero, democracia partidária e inclusão política das mulheres. *Revista Gênero na Amazônia*, Belém, v. 22, n. 4, p. 25, 2013. Disponível em: <http://generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-4/artigos/artigo-1-jussara-para.pdf>. Acesso em: 14 maio 2020.

PRÁ, J. R. *Representação política da mulher no Brasil (1982-1990): a articulação de gênero no sul do país e a questão institucional*. 1992. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

RANDALL, V. *Women and politics: an international perspective*. London; Basingstoke: Macmillan, 1987.

RANGEL, P. Participação feminina na política institucional: análise do sistema eleitoral brasileiro e sugestões de mudança. In: RANGEL, P. *Relatório anual do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero 2009/2010*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Governo Federal, 2010. [s.p.].

RODRIGUES, S. C.; SILVA, G. R. A liderança feminina no mercado de trabalho. *Revista digital de Administração Faciplac*, Brasília, v. 1, n. 4, p. 9, 2015.

SAGOT, M. É importante a participação política das mulheres? Representatividade democrática, ação afirmativa e cotas na Costa Rica. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Trilhas do poder das mulheres: experiências internacionais em ações afirmativas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, p. 49–61, 2009.

SAMPAIO, J.; PAULA, M. F. P.; MIRANDA, A. A. Mulheres na política: um estudo na Câmara Municipal de uma cidade do sul de Minas Gerais. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 85–97, 2016.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5–22, jul./dez. 1990.

SILVA, F. B. *Desafios das mulheres em cargos de liderança*. Monografia (Graduação em Administração de Empresas) – Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Lajeado, 2017.

SOUSA, R. M. *Paridade de gênero no Poder Legislativo brasileiro e comparado*. Rio de Janeiro: PUC, 2016.

TABAK, F. *Mulheres Públicas: participação, política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

TABAK, F.; TOSCANO, M. *Mulher e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

THIOLENT, M. Pesquisa Aplicada: reflexões sobre conceitos e abordagens metodológicas. *Anuário de Pesquisa GV Pesquisa*, São Paulo, [2016: Anuário de Pesquisa 2016-2017], 2009.

THORNE S. *Interpretive description qualitative research for applied practice*. 2. ed. New York; London: Routledge, 2016.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL [TSE]. Mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro. *Tribunal Superior Eleitoral [TSE]*, [online], Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso em: 6 jun. 2020.

### **Sobre os autores:**

**Samarha Lemos Vieira:** Tecnóloga em Gestão Pública pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). **E-mail:** [sasalemos0702@gmail.com](mailto:sasalemos0702@gmail.com), **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-5906-8497>

**Gabriela Cappellari:** Doutora em Desenvolvimento Regional, linha de pesquisa de Gestão Empresarial, pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Mestre em Desenvolvimento, especialista em Gestão Empresarial, especialista em Marketing e graduada em Administração pela UNIJUÍ. Docente na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), *campus* Palmeira das Missões, RS. **E-mail:** [gabriela.cplr@gmail.com](mailto:gabriela.cplr@gmail.com), **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-0263-6822>

**Jeferson Luís Lopes Goularte:** Doutor em Ciencias de la Educación pela Universidad Nacional de Rosario (UNR). Mestrado em Integración y Cooperación Internacional pela UNR. Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP). Professor do magistério superior na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). **E-mail:** [jefersongoularte@unipampa.edu.br](mailto:jefersongoularte@unipampa.edu.br), **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-9589-4147>

**Clarice Vepo do Nascimento Welter:** Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Especialização em Gestão de Negócios pela Faculdade de Ciências Sociais (FACISA), e em Docência no Ensino superior, pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). Graduação em Administração pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP). Discente no Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional (PEG) da UFSM. **E-mail:** [clarice\\_vepo@hotmail.com](mailto:clarice_vepo@hotmail.com), **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-9684-578>

